



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- ATA N.º 16/2012 -----

-----Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e doze, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de José Carlos Alexandrino Mendes, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Mário Américo Franco Alves, José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.** -----

-----Secretariou a presente reunião, a Assistente Técnica, Maria da Conceição Antunes Pereira, na ausência do Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA-----

DOC. 1

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia **6 de agosto de 2012**, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **1.946.729,86 € (um milhão, novecentos e quarenta e seis mil setecentos e vinte e nove euros e oitenta e seis cêntimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta ata.-----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, considerar justificada a falta da Vereadora Telma Martinho, à presente reunião, em virtude de se encontrar no gozo do seu período de férias. -----

----- **1 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----Não se encontrando presente nenhum munícipe não se registou qualquer intervenção.-----

----- 2 - ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- 2.1 – INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

-----O Presidente da Câmara deu início à reunião e informou os vereadores que, por motivos profissionais, iria ausentar-se da presente reunião pelas 12 horas e 30 minutos, prosseguindo a mesma sob a presidência do vereador José Francisco Rolo. -----

----- 2.2 - INTERVENÇÃO DO VEREADOR MÁRIO ALVES -----

----- 2.2.1 - FUNCIONAMENTO DAS ETAR'S DE ANDORINHA E DE OLIVEIRA DO HOSPITAL -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O vereador Mário Alves alertou para os maus cheiros resultantes do deficiente funcionamento das ETAR'S de Andorinha e da cidade de Oliveira do Hospital, situação que se agrava durante a noite. Continuou dizendo que: "Toda a gente está recordada que, quando se falava em adesão ao sistema multimunicipal se referenciava a melhoria da qualidade da água, e a água está pior, escreva isto Sr. Presidente, tenha atenção a isto porque não tem justificação possível que a água se apresente conforme se apresenta. Estranho muito que a comunicação social, no passado andasse tão interessada nestes temas, e que de um momento para o outro se desinteressasse, e, nomeadamente, numa altura em que a Câmara não tem essa responsabilidade, em que essa responsabilidade é mais do Estado que detém 51% do capital da empresa, do que das autarquias, portanto, acho que não faz sentido termos sido obrigados a aderir a um sistema que nos fornece serviços de pior qualidade do que aqueles que eram fornecidos pela autarquia." Entende que, não há justificação para esta situação e que as queixas dos munícipes devem ser comunicadas a quem de direito, de modo a esclarecer que a responsabilidade não é da câmara municipal. Referiu que, ainda ontem foi abordado por munícipes sobre esta situação, tendo informado os mesmos que podem queixar-se ao Presidente da Câmara, mas a autarquia não tem responsabilidade nessa matéria, a autarquia pode efetuar diligências no sentido de serem tomadas providências para resolver esta situação.-----

-----**2.2.2 – CORTE DE VIA NA LOCALIDADE DE ANDORINHA**-----

-----O vereador Mário Alves deu igualmente conta que em Andorinha foi cortada a estrada com a abertura de uma vala e que pela mesma foi encaminhado um tubo de água. Deste modo, perguntou ao Presidente da Câmara se efetivamente esses trabalhos foram ou não licenciados pela Câmara Municipal. Referiu que no caso de os trabalhos estarem licenciados, é necessário acautelar a reposição do pavimento da estrada, e na circunstância de não terem sido licenciados a Câmara Municipal terá de atuar, atendendo a que a abertura daquela vala apresenta algum risco para a circulação rodoviária.-----

-----**2.2.3 – CONSTRUÇÃO DE MURO NO LUGAR DE CHÃO DA BISPA**-----

-----O vereador Mário Alves relativamente a um muro que foi construído no lugar de Chão da Bispa, referiu que o muro já está construído, e sem querer por em causa a distância do mesmo ao eixo da via e se o mesmo cumpre ou não as distâncias regulamentares, ainda assim, questionou se os serviços da autarquia verificaram como foi construído o acesso à via, visto que o proprietário usou como ponto de referência o limite do betuminoso. Chamou a atenção para a perigosidade da circulação do trânsito naquele local.-----

-----**ESCLARECIMENTOS DO PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

-----Sobre o funcionamento das ETAR'S de Andorinha e da cidade de Oliveira do Hospital, o Presidente da Câmara disse concordar com as afirmações do vereador Mário Alves nos aspetos que apontou. Informou que, da sua parte, tem existido um cuidado extremo no que diz respeito ao funcionamento da ETAR de Oliveira do Hospital. Deu igualmente conta do teor do Of.º n.º 2726/2012, datado de 25 de julho de 2012, remetido pelo Sr. Administrador-Delegado, Dr. Carlos Veloso, da Empresa Águas do Zêzere e Côa, em resposta à reclamação por si enviada através do e-mail de 04/07/2012, relativamente às queixas recebidas a propósito de maus cheiros oriundos da ETAR de Oliveira do Hospital. É confirmado no ofício que a referida instalação tem apresentado



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

alguns problemas de funcionamento, os quais apesar dos esforços da empresa, por envolverem o consórcio construtor, têm demorado a resolver mais do que seria expectável e razoável, tendo, sobretudo, impacto ao nível dos odores libertados. “Apesar de os problemas ainda não se encontrarem resolvidos, as diversas intervenções que já foram realizadas na ETAR, permitiram minorar a libertação de maus cheiros, reduzindo assim o incomodo causado às populações vizinhas. Esta melhoria irá acentuar-se ao longo dos próximos dias. Estando a beneficiação desta instalação contemplada na implementação de um plano de ações que, em 2012, visa otimizar o desempenho operacional da empresa, até ao final do corrente ano a instalação recuperará o normal funcionamento.” -----

-----O Presidente da Câmara continuou dizendo que, após a receção deste ofício, contactou o Dr. Carlos Veloso (Administrador – Delegado) e informou-o que esta resposta não era satisfatória, porque a situação problemática ainda se mantém. Referiu ainda que, existiu um problema semelhante em Alvôco das Várzeas, o qual foi rapidamente solucionado. A empresa Águas do Zêzere e Côa argumenta que a ETAR de Oliveira do Hospital precisa de uma intervenção de considerável dimensão que está incluída no plano de ação/investimentos da empresa, que por sua vez carece de autorização por parte do Ministério das Finanças devido à sua natureza/especificidade do montante do investimento. -----

-----Relativamente ao funcionamento da ETAR de Andorinha, o Presidente da Câmara informou que tem diversa correspondência que poderia facultar. No intuito de conciliar as partes e chegar a um consenso, promoveu a realização de várias reuniões com o proprietário do terreno da ETAR de Andorinha e outros proprietários de terrenos confinantes, tendo inclusive proposto à empresa Águas do Zêzere e Côa a compra de uma parcela de terreno, no sentido de resolver o problema de acesso. No seguimento de várias queixas, e dado o local de descarga da ETAR acontecer imediatamente antes de uma captação numa linha de água, foi solicitado à ARH Centro a realização de um conjunto de análises, estando a aguardar o resultado das mesmas. -----

-----O Presidente da Câmara informou que, os trabalhos da abertura de uma vala que levou ao corte da estrada de Andorinha, foram autorizados pela Câmara Municipal. Esclareceu que os trabalhos de abertura da vala na estrada, por uma questão de precaução, foram realizados pelos serviços da Câmara Municipal. Mais informou que, o munícipe não pagou até à data quaisquer taxas pela realização dos trabalhos, apenas contribuiu com o material usado, mas que está disponível para pagar o que for necessário. -----

-----O vereador Mário Alves alertou para o facto de a Câmara Municipal estar a colaborar para o abastecimento de água a uma habitação que julga estar ilegal. Continuou dizendo que se trata de uma situação antiga que começou com a construção de um barracão que foi alterado e passou de um barracão a uma habitação, tendo também já sido construídos alguns anexos. Entende que a missão da Câmara é ajudar as famílias necessitadas, mas sempre respeitando a lei em vigor. Não estaria contra que os trabalhos tivessem sido realizados pelos serviços da Câmara, se a ligação fosse feita à rede pública de abastecimento de água, uma vez que está próxima do local. -----

-----O Presidente da Câmara informou ainda que, o munícipe em causa solicitou o abastecimento de água da rede pública, mas a informação dos serviços que lhe foi transmitida, foi que, presentemente, o abastecimento de água, não é possível, motivo pelo qual foi autorizada a ligação do abastecimento de água de um poço existente no terreno do outro lado da estrada. Ainda assim, vai obter informação sobre a legalidade da habitação, referida pelo vereador Mário Alves. -----

-----O Presidente da Câmara solicitou aos serviços o processo de obras relativo ao muro construído no lugar de Chão da Bispa, para consulta do vereador Mário Alves durante a reunião. ---

-----**2.3 - INTERVENÇÃO DO VEREADOR JOSÉ CARLOS MENDES**-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----**2.3.1 – LIMPEZA DAS MARGENS DOS RIOS**-----

-----Na sequência da informação dada na última reunião sobre a limpeza das margens dos rios, o vereador José Carlos Mendes sugeriu que, aquando da realização desses trabalhos de limpeza, sejam criadas condições junto aos açudes para facilitar o acesso dos meios aéreos para abastecimento no rio. A título de exemplo apontou o caso do incêndio que ocorreu em São Sebastião da Feira, o qual foi rapidamente controlado porque os helicópteros tiveram facilidade de acesso à água. Sugeriu que ao longo dos diversos rios do concelho, nomeadamente naqueles que vão ser intervencionados ao nível da limpeza das suas margens, sejam criadas condições para acesso ao abastecimento de água, e que essa informação seja transmitida aos bombeiros e ao Comando da Proteção Civil. Em seu entender, este procedimento é mais eficaz no combate a incêndios que os tanques existentes que, necessariamente, têm de ser abastecidos pelos bombeiros. Atendendo a que o concelho tem vários rios, podem ser criados e identificados esses pontos de acesso fácil para os meios aéreos. Mais referiu que, nesses locais por vezes passam fios de eletricidade e outros que, no caso de poderem ser retirados/desviados para outro local, seria uma melhoria que iria permitir uma maior rapidez no combate e na extinção dos incêndios. Referiu ainda que, era importante mapear esses locais e facultar esses mapas aos bombeiros e aos meios aéreos, de modo a evitar o desperdício de tempo na procura dos locais de abastecimento de água. -----

-----No seguimento da intervenção do vereador José Carlos Mendes, o vereador Mário Alves acrescentou que, nas zonas/pontos de recolha de água, nomeadamente junto aos açudes deve haver uma limpeza total, que deve ser continuamente assegurada. -----

-----O Presidente da Câmara referiu que concorda com a sugestão do vereador José Carlos Mendes. Entende que devem ser realizadas reuniões com todas as entidades intervenientes, nomeadamente com o Serviço de Proteção Civil, para avaliar e definir as melhorias a implementar.

-----O Presidente da Câmara elogiou o trabalho das duas corporações dos bombeiros do concelho de Oliveira do Hospital, destacando a sua organização e a qualidade/sucesso das suas intervenções no terreno. O Presidente da Câmara deu conhecimento que foi adquirido um equipamento de GPS, que irá permitir mapear os pontos de captação de água para combate aos incêndios e apoiar a intervenção do Gabinete Técnico Florestal, em particular na sua ligação à ação dos Bombeiros Voluntários. -----

-----O Presidente da Câmara informou que o contrato de empreitada de “Construção de Centro Educativo de Nogueira do Cravo – Conclusão da empreitada” não teve ainda visto do Tribunal de Contas, porque falta a reprogramação temporal da candidatura ao QREN. Atendendo à alteração da atribuição dos fundos comunitários às Câmaras Municipais, neste novo contrato haveria uma penalização de 5% por não obtenção de visto do Tribunal de Contas, o que não faria grande diferença porque o financiamento inicial foi de 70% e iria passar para 85%, pelo que o “prejuízo” era anulado. Presentemente, à semelhança do que acontece no país, foi aplicada uma medida no novo contrato, na qual a 1ª parte deixa de ter comparticipação financeira, no entanto estas não eram as condições inicialmente divulgadas pelos responsáveis do QREN. Informou que, teve conhecimento que alguns presidentes de câmara, por terem os centros educativos concluídos, interpuseram providências cautelares, porque já tinham recebido na totalidade a comparticipação comunitária, o que não acontece no caso de Oliveira do Hospital. Informou ainda que vai solicitar uma reunião com o Presidente da ANMP, no sentido da resolução desta situação que, essencialmente, tem a ver com a reprogramação do Quadro Comunitário, no sentido de acautelar os interesses e a boa execução dos investimentos no concelho de Oliveira do Hospital. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O vereador Mário Alves referiu que, estranhou quando o Sr. Presidente deu conta numa reunião ordinária da Câmara Municipal que se mantinha o financiamento para a parte que não foi visada pelo Tribunal de Contas, uma vez que, sendo o Tribunal de Contas tão minucioso na apreciação e análise do processo concursal, como é que a legalidade não se aplicava numa situação de recusa de visto da comparticipação da obra. A recusa de visto do Tribunal de Contas implica que se pague a obra que já foi executada até à data da recusa. -----

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo, do teor do ofício n.º 4893, de 30 de julho de 2012, enviado ao Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, relativo à “Declaração de Impacto Ambiental dos Projetos do IC 37, IC 7 e IC 6 – Caducidade”, através do qual manifesta a preocupação que, neste momento, é sentida pela Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, com a caducidade daqueles documentos, e com o terrível desperdício que representaria a perda de todo o trabalho desenvolvido e constituição de um novo entrave ao reinício das obras do IC6. -----

-----O Presidente da Câmara fez um balanço positivo da realização do programa da TVI, no passado domingo em Oliveira do Hospital. Referiu que, com a realização do programa foi feita uma ampla promoção do concelho de Oliveira do Hospital em todo o mundo. Foi informado pela TVI que o programa teve um pico de audiência de um milhão e duzentos mil espetadores, o que demonstra a “força divulgadora da televisão”. -----

-----Relativamente à realização da EXPOH no Parque do Mandanelho, o Sr. Presidente fez um balanço positivo, afirmando que a mesma superou todas as expectativas, sendo que até à data, foi a que teve mais afluência, apesar de algumas noites estarem muito frias. Entende que há aspetos a melhorar, nomeadamente, a criação de um espaço para instalação da indústria de confeção de vestuário e da indústria alimentar/setor das carnes, as quais são dois setores fortíssimos/de grande expressão no concelho de Oliveira do Hospital. Informou que, de acordo com a deliberação da Câmara Municipal foram entregues os bilhetes às IPSS’s que, no entanto só tiveram efeitos práticos no segundo fim de semana da feira. -----

-----O vereador Mário Alves pediu a palavra para fazer uma pergunta/observação ao Presidente da Câmara, sobre os custos dos “novos múpis”, numa clara alusão aos cartazes colocados nos vários postes de iluminação pública da cidade. Prosseguiu dizendo, que a política também é feita de humor, defendendo que esta forma de fazer política está velha e gasta. Recordou que enquanto presidente da câmara também ele foi “brindado” com semelhante ação por parte da Juventude Socialista, então oposição na autarquia oliveirense e que também teve oportunidade de criticar por considerar tratar-se de uma “técnica populista e desadequada”. -----

-----O vereador Mário Alves afirmou que a política local não pode ser deslocada da política nacional. “Se há tanta restrição, é evidente que a política autárquica fica desde logo condicionada.”

-----O vereador Mário Alves lamentou ainda a afixação dos cartazes em causa nos candeeiros pintados o que na sua opinião deveria determinar uma notificação por parte da autarquia para substituição do sistema de afixação (arame por braçadeiras de pvc).

-----O Sr. Presidente da Câmara afirmou que, todas as frases constantes dos cartazes afixados pela JSD poderiam ser refutadas e confrontadas e postas em causa com declarações públicas do Sr. Primeiro-ministro Pedro Passos Coelho.-----

-----**VOTO DE PESAR**-----

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Prof. Jerónimo Sanches Pinto, no passado dia 04 de agosto de 2012, que residia na freguesia de Avô, concelho de Oliveira do Hospital, onde foi sepultado.-----





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar o referido votos de pesar e do mesmo dar conhecimento à respetiva família.-----

-----3 - ORDEM DO DIA-----

-----3.1 - LICENCIAMENTO PARA OCUPAÇÃO DO DOMÍNIO MUNICIPAL:-----

-----3.1.1 - MARIA CONCEIÇÃO HENRIQUES BERNARDO SOBRAL-----

D.A.G.F./Proc.47/10

-----Considerando a localização da esplanada em causa, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, solicitar informação dos serviços sobre se, a competência do licenciamento é da EP – Estradas de Portugal. -----

-----3.2 - LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE:-----

-----3.2.1 - MUNICÍPIO DE GÓIS-----

D.A.G.F./Proc.33

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital, e informar dos cuidados a ter com a colocação, designadamente, a proibição de afixação de elementos em candeeiros pintados e sinais de trânsito.-----

-----Foi igualmente deliberado isentar o Município de Góis do pagamento das taxas inerentes ao referido licenciamento nos termos do disposto no Regulamento Geral de Taxas Municipais.-----

-----3.2.2 - FUNDAÇÃO ADFP - ASSISTÊNCIA DESENVOLVIMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL-----

D.A.G.F./Proc.47/13

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, deferir o pedido, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 310/02, de 18 de dezembro e no Regulamento do Licenciamento do Exercício de Atividades Sujeitas a Licenciamento Municipal. -----

-----Foi igualmente deliberado isentar a Fundação ADFP – Assistência Desenvolvimento e Formação Profissional do pagamento das taxas inerentes ao referido licenciamento nos termos do disposto no Regulamento Geral de Taxas Municipais, por contrapartida de o valor correspondente às taxas que fossem devidas, seja convertido em entradas gratuitas no Parque Biológico da Serra da Lousã de alunos de escolas do concelho de Oliveira do Hospital.-----

-----Mais foi deliberado que a localização para implantação do out door deve previamente ser acordado com a autarquia.-----

-----3.3 - LICENCIAMENTO DE ATIVIDADE DESPORTIVA:-----

-----3.3.1 - CLUBE AUTOMÓVEL DO CENTRO – RALLY DE OLIVEIRA DO HOSPITAL-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

D.A.G.F./Proc.47/13

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, deferir o pedido, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 310/02, de 18 de dezembro e no Regulamento do Licenciamento do Exercício de Atividades Sujeitas a Licenciamento Municipal. -----

-----Foi igualmente deliberado isentar o Clube Automóvel do Centro – Rali de Oliveira do Hospital do pagamento das taxas inerentes ao referido licenciamento nos termos do disposto no Regulamento Geral de Taxas Municipais.-----

-----**3.4 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:**-----

-----**A) AUTARQUIAS:**-----

-----**A-1) FREGUESIA DE ALVÔCO DAS VÂRZEAS**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal, a atribuição à **Freguesia de Alvôco das Várzeas**, de um subsídio no montante de **1.240,00€ (mil duzentos e quarenta euros)** como comparticipação nas despesas tidas com os nadadores salvadores que prestam serviço na praia fluvial, daquela freguesia.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, aprovar a presente proposta.-----

-----**A-2) FREGUESIA DE AVÔ**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal, a atribuição à **Freguesia de Avô**, de um subsídio no montante de **1.240,00€ (mil duzentos e quarenta euros)** como comparticipação nas despesas tidas com os nadadores salvadores que prestam serviço na praia fluvial, daquela freguesia.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, aprovar a presente proposta.-----

-----**A-3) FREGUESIA DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal a atribuição à **Freguesia de Oliveira do Hospital**, de um subsídio no montante de **1.060,00€ (mil e sessenta euros)** como comparticipação nas despesas tidas com os nadadores salvadores que prestam serviço nas Piscinas Municipais.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, aprovar a presente proposta.-----

-----**3.5 - OBRAS PARTICULARES:**-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----**3.5.1 - LISTAGEM DE PROJETOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS**-----

**D.P.G.T./DOC. 2**

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 20 de julho e 2 de agosto de 2012, conforme listagem que se dá como anexa à ata da respetiva reunião. -----

-----**3.5.2 - DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO 2.º ADITAMENTO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 7/2000, EMITIDO EM NOME DE LÍCINIO DAS NEVES E ANTERO RESENDE**-----

**D.P.G.T.**

-----Sobre o assunto o vereador Mário Alves referiu que, é fundamental para salvaguardar o interesse público, saber qual o valor da caução quais os trabalhos ainda a realizar pela Câmara Municipal e o custo dos mesmos e quais os trabalhos já realizados e as condições em que os mesmos se apresentam. Assim, entende que o assunto deve ser retirado da ordem de trabalhos desta reunião, a fim de ser solicitada aos serviços de obras informação sobre as questões que levantou, no sentido de, posteriormente, de forma consciente, a Câmara Municipal possa deliberar. -----

-----O Presidente da Câmara referiu que, foi informado pelos serviços que o custo dos trabalhos a realizar ronda os 50.000,00€/60.000,00€, e que o valor da caução é de 134.000,00€. Concorde com a posição do vereador Mário Alves. Informou ainda que, promoveu a realização de várias reuniões com ambos os promotores do loteamento, de forma a chegar a um consenso, mas tal não foi possível. -----

-----Considerando pertinentes as questões levantadas quanto à situação em apreço, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, solicitar informação aos serviços técnicos sobre o valor da caução prestada pelos promotores do loteamento, sobre os trabalhos já realizados e as condições em que os mesmos se apresentam e sobre os trabalhos que faltam executar, no sentido de ser elaborada a estimativa dos custos a suportar pela Câmara Municipal. -----

-----**3.6 - PROJETO DE REGULAMENTO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

**D.A.G.F./DOC. 3**

-----Tendo sido antecipadamente entregue a todos os membros do Executivo, o Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal a aprovação do Projeto de Regulamento do Cemitério Municipal de Oliveira do Hospital, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

-----Apreciada a mesma proposta, a Câmara Municipal, entre várias intervenções dos Senhores Vereadores e após algumas sugestões/alterações apresentadas sobre o assunto, deliberou, por todos os membros presentes, aprovar o Projeto de Regulamento do Cemitério de Municipal de Oliveira do Hospital e submetê-lo a inquérito público nos termos do artº 118º do Código do Procedimento Administrativo. -----

-----**3.7 - PROJETO DE REGULAMENTO DO PAVILHÃO DESPORTIVO MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

**D.A.G.F./DOC. 4**

-----Tendo sido antecipadamente entregue a todos os membros do Executivo, o Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal a aprovação do Projeto de Regulamento do Pavilhão Desportivo





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Municipal de Oliveira do Hospital, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

-----**Apreciada a mesma proposta, a Câmara Municipal, entre várias intervenções dos Senhores Vereadores e após algumas sugestões/alterações apresentadas sobre o assunto, deliberou, por todos os membros presentes, aprovar o Projeto de Regulamento do Pavilhão Municipal de Oliveira do Hospital e submetê-lo a inquérito público nos termos do artº 118º do Código do Procedimento Administrativo.**-----

-----**3.8 - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE TAXAS DE IMI PARA 2013**-----

-----O vereador Paulo Rocha fez a apresentação do assunto, referindo que: “Partindo do pressuposto que era intenção do executivo em permanência, nomeadamente da vontade já expressa do Sr. Presidente da Câmara aferir da possibilidade de redução da taxa de IMI, no sentido de desanuviar o peso fiscal sobre os cidadãos e empresas de Oliveira do Hospital e também no âmbito de uma proposta que o vereador Mário Alves fez de se tentar perceber qual era o efeito da avaliação geral dos prédios urbanos que está a acontecer e deve ficar concluída até ao fim no ano de 2012, contactei um dos peritos que está no terreno e a Repartição de Finanças. Não é possível a esta data percebermos qual é o efeito da avaliação. Para podermos tomar uma decisão devidamente ponderada, teríamos que ter acesso a esses dados que nos permitissem de facto, perceber se o valor patrimonial dos prédios vai subir o suficiente, para que com a aplicação de uma taxa mais reduzida, que é isso que acontece na prática, o nível de receita se mantivesse. À data de hoje não está garantida a possibilidade de fazermos essa projeção, nem à data que nos permita sujeitar a decisão na Sessão da Assembleia Municipal para depois poder comunicar à Direção Geral das Contribuições e Impostos – Autoridade Tributária. O que está em anexo à documentação entregue, é o Capítulo do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), que determina os procedimentos de fixação das taxas, que o município de Oliveira do Hospital tem vindo a aplicar ao longo dos anos, está um resumo das receitas desde 2004 até 31 de julho de 2012, e os extratos de execução orçamental que comprovam o que está nesse plano. -----

Sucintamente, o que me foi transmitido pelos peritos e pela Repartição de Finanças, é que estão a detetar, contrariamente aquilo que era a expectativa inicial que existisse um aumento claro de receitas ao nível da arrecadação do IMI, que tal situação provavelmente não se vai verificar. No tecido urbano da cidade o que acontece é que os prédios que não estavam avaliados, em geral não estão a aumentar para o dobro do valor patrimonial. Nos imóveis localizados nas freguesias que não tinham avaliação, de facto está a haver um aumento substancial do valor, mas aí também existe um problema, é que a maior parte desses imóveis estão na posse de pessoas que têm rendimentos baixos, e que vão pedir isenção de IMI. Informou que, o programa onde é feito o registo não tem filtro de dados. Mais referiu que já existem freguesias “fechadas”, como Aldeia das Dez, Avô, Bobadela, sobre as quais já solicitou informação a saber qual é o valor patrimonial tributado no geral, antes da avaliação e depois da avaliação, mas tal não é possível. Não vamos ter forma, nem hoje nem daqui a um mês, de poder efetuar essa análise.” -----

-----O vereador Mário Alves referiu que, uma questão fundamental a esclarecer, é saber quantos munícipes, presentemente, estão a beneficiar da isenção de IMI. Referiu que, se se confirmarem os dados indicativos apresentados, entende que, por uma questão de prudência, a Câmara Municipal deve manter os valores atuais das taxas do IMI, para o ano de 2013, à semelhança da atitude que subscreveu enquanto Presidente da Câmara aquando da alteração da lei. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O vereador José Carlos Mendes referiu que, para uma melhor análise deste assunto, era importante solicitar uma amostragem por décadas, da cidade de Oliveira do Hospital e de uma ou outra freguesia. -----

-----**Atendendo à natureza das questões levantadas, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, adiar a aprovação da proposta de fixação de Taxas de IMI para o ano de 2013 e solicitar mais dados à Repartição de Finanças de Oliveira do Hospital.** -----

-----**3.9 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:** -----

-----**3.9.1 - ADI - AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TÁBUA E OLIVEIRA DO HOSPITAL – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 2011** -----

**D.A.G.F./DOC. 5**

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento dos documentos que compõem a Prestação de Contas da ADI – Agência para o Desenvolvimento Integrado de Tábua e Oliveira do Hospital, relativa ao ano de 2011, devidamente assinados e aprovados, nomeadamente, o parecer do Conselho Fiscal, o Balancete, o Balanço, a Demonstração de Resultados e respetivo Relatório de Gestão do ano de 2011. -----

-----**Mais foi deliberado remeter os referidos documentos à Assembleia Municipal, para conhecimento.** -----

-----O vereador Mário Alves referiu que é importante ter em conta sempre dois fatores, por uma questão de honestidade intelectual. Quando se fala que, em determinado momento, existia uma dívida considerável, deve-se ter em conta que nesse momento havia um conjunto de receitas consignadas e que ainda não tinham sido recebidas. Efetivamente, existiram projetos/ações que não foram realizados. É importante a extrapolação do valor dos concelhos para o exterior, ou seja, em Tábua e Oliveira do Hospital é preciso realizar ações para dinamizar o comércio tradicional no exterior. A título de exemplo referiu que era interessante que a ADI estivesse representada na EXPOFACIC, dar a conhecer os concelhos de Tábua e Oliveira do Hospital noutros domínios. Tirando a presença na BTL, não existe a promoção destes concelhos em outros certames. -----

-----Relativamente à feira de *stoks* o vereador Mário Alves referiu que, contrariamente ao que estava previsto, a mesma não foi realizada porque os comerciantes recusaram a data designada pela Câmara Municipal e a data que os próprios propuseram também não se concretizou, pelo que, conclui que os comerciantes não estavam interessados na realização desta iniciativa. -----

-----Quanto aos empréstimos obtidos o vereador Mário Alves referiu que, em seu entender era preferível haver uma aposta por conta dos municípios e uma libertação da banca que cobra juros muito elevados. A ADI, por um lado, deve servir como ponto de referência e “ataque” no exterior dos concelhos que a integram, e por outro lado, na tentativa de dinamização do tecido comercial também no interior dos dois concelhos. As apostas que possam ser feitas pelos municípios são sempre importantes na medida em que podem ser geradoras de emprego e impulsionadoras da manutenção daquele que já existe, que também é importante, atualmente, tão importante como criar, é manter. -----

-----O vereador José Carlos Mendes sobre o assunto acrescentou que, em sua opinião, caso a ADI tenha hipótese de realizar mais ações e se as duas Câmaras Municipais tiverem disponibilidade financeira poderia ser aumentada a contribuição, no sentido de criar um *plafond* financeiro. -----

-----O vereador Paulo Rocha referiu que, desde o arranque dos projetos da ADI que as câmaras municipais associadas tinham plena consciência que teriam de participar esses projetos porque



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

a agência não tinha receitas próprias para suportar a contrapartida nacional dos projetos. A situação foi colocada muito claramente à Câmara Municipal de Tábua, tal como foi colocada nas reuniões da Câmara de Oliveira do Hospital, com a diferença de a Câmara Municipal de Tábua não ter participado em tempo devido, o que obrigou a agência a recorrer a financiamento bancário para promover os projetos. Este fator aliado ao desfazamento temporal entre o momento da necessidade de pagamento a fornecedores e o recebimento das participações reforçou “a obrigatoriedade” de recurso à banca. A somar a estes problemas deve ser referido o corte cego e não justificado de despesas de execução dos projetos, baixando a participação dos mesmos, e que foi objeto de reclamação. -----

-----**Em virtude do Vereador José Francisco Rolo ser em simultâneo o Presidente da Direção da ADI, ausentou-se da sala de reuniões no momento da discussão e apreciação deste assunto.**-----

-----**4 - ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES**-----

-----**Pelas 12h30m o Sr. Presidente ausentou-se da reunião, sendo o Sr. Vereador José Francisco Rolo a dar seguimento aos trabalhos.**-----

-----**4.1 - INTERVENÇÃO DO VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO**-----

-----**4.1.1 - AÇÃO SOCIAL**-----

-----**4.1.1.1 – AGOSTINHO ROLO MARTINS SANTOS**-----

**D.A.G.F/Procº 53**

-----O vereador José Francisco Rolo deu conhecimento à Câmara Municipal que o Sr. Agostinho Rolo Martins Santos, no seguimento da deliberação camarária de 03 de abril do ano em curso, foi integrado na Junta de Freguesia de Lagares da Beira, onde prestou 156 horas de trabalho socialmente útil, cumprindo com o previsto no acordo de cooperação.-----

-----**4.1.1.2 – RUI MÁRIO SEIXAS DOS SANTOS – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO DE EMERGÊNCIA SOCIAL**-----

**D.A.G.F/Procº53**

-----O vereador José Francisco Rolo, atendendo ao teor da informação social nº 24/GASS, datada de 3 de agosto de 2012, propôs à Câmara Municipal a atribuição ao Sr. Rui Mário Seixas dos Santos, residente no lugar e freguesia de Oliveira do Hospital, de um subsídio de emergência social, a título excecional, no montante de **500,00€ (quinhentos euros)** para fazer face às necessidades diárias mais prementes.-----

-----**A Câmara Municipal ao abrigo do Regulamento para Atribuição de Apoios a Agregados Familiares Carenciados do Programa Ativo Sociais, deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente proposta.**-----

-----**Mais foi deliberado que, em contrapartida ao subsídio ora atribuído, Sr. Rui Sérgio Afonso dos Santos, filho do Sr. Rui Mário Seixas dos Santos, realize trabalho socialmente útil, num total de 156 horas.**-----

-----**4.1.2 - CLDS - TEAR - RELATÓRIO FINAL/EMIÇÃO DE PARECER**-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**D.A.G.F./Doc. 6**

-----Foi presente pelo vereador José Francisco Rolo a carta, com o registo de entrada nº 9004, de 03 de agosto de 2012, remetido pela ADSCVC – Associação Desenvolvimento Social e Cultural do Vale do Cobral, na qualidade de entidade coordenadora local da parceria do Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) de Oliveira do Hospital, a solicitar a emissão de parecer da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e aprovação pelo Conselho Local de Ação Social (CLAS), ao abrigo do Manual de Procedimentos de Execução dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social, do Relatório Final do CLDS a apresentar ao ISS, I.P., no seguimento da cessação da vigência deste, documento que se dá como anexo à ata da respetiva reunião. -----

**-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, emitir parecer favorável ao Relatório Final do CLDS, apresentado pela ADSCVC – Associação Desenvolvimento Social e Cultural do Vale do Cobral e submetê-lo à aprovação do CLAS. -----**

-----Sobre o assunto, o vereador Mário Alves referiu que, este tipo de ações sem continuidade, perdem o interesse, ou seja, não é possível avaliar o efeito prático de uma política desta natureza. Por vezes, dá a sensação que, se criam projetos desta natureza, para gastar dinheiro, e depois são esquecidos. Referiu que, os projetos desta natureza se não tiverem continuidade não levam a lado nenhum, perde-se o capital que foi investido, porque não foi dada continuidade ao projeto. -----

-----O Vereador José Francisco Rolo, corroborou a posição manifestada pelo vereador Mário Alves, reforçando a necessidade de dar continuidade a este projeto, ou seja, dar continuidade à intervenção do CLDS, nos dois cenários possíveis. Num 1º cenário, a possibilidade da sua prorrogação à semelhança do que aconteceu com outros CLDS da 1ª geração, e num 2º cenário, a possibilidade de, no âmbito do POPH, abrir novo período de candidaturas para dar continuidade a novos CLDS, que no caso serão os de 4ª geração, uma vez que os de 3ª geração são os que, em 2010, foram aprovados para Tábua, Góis e Arganil. É reconhecido que o CLDS de Oliveira do Hospital foi um exemplo de boas práticas, a nível nacional e internacional, tanto mais que usaram algumas das ações realizadas no concelho como demonstrativas, no quadro de um seminário europeu sobre “Ação Social – Intervenção Comunitária”. Este projeto em termos de indicadores de execução, em termos de boas práticas e em termos do sucesso que obteve junto das famílias e dos grupos mais frágeis a que se dirigia, reúne todas as condições para ter continuidade.-----

**-----4.2 - INTERVENÇÃO DA VEREADORA GRACA SILVA -----**

**-----4.2.1 - CONCURSO “SOLTEM TALENTOS” – PONTO DE SITUAÇÃO-----**

-----O vereador José Francisco Rolo realçou a qualidade dos participantes da 2ª edição do Concurso “Soltem Talentos”, e atendendo à decisão do júri do concurso, propôs à Câmara Municipal a atribuição dos prémios aos seguintes concorrentes: -----

-----1.º Prémio – Luís Oliveira e Gabriel Marques (Acústico) – 250,00€ (duzentos e cinquenta euros). -----

-----2.º Prémio – ATTICK – 150,00€ (cento e cinquenta euros). -----

-----3.º Prémio – OHphicinaBand – 100,00€ (cem euros). -----

**-----A vereadora Graça Silva de seguida, agradeceu aos 3 jovens que, voluntariamente, fizeram a apresentação do evento, e ausentou-se da reunião em virtude do grau de parentesco que detém com um dos membros do grupo OHphicinaBand, classificado em 3.º lugar. -----**



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----A Câmara Municipal, de acordo com o Regulamento do Concurso “Soltem Talentos” deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente proposta. -----

-----**4.2.2 – TAXA DE OCUPAÇÃO DO PAVILHÃO**-----

**DOC. 7**

-----A vereadora Graça Silva procedeu à entrega de informação relativa à taxa de ocupação do Pavilhão Municipal na Época Desportiva 2011/2012. -----

-----**4.2.3 – TAXA DE OCUPAÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL E DA BIBLIOTECA LUDOTECA DE LAGARES DA BEIRA**-----

**DOC. 8**

-----A vereadora Graça Silva procedeu à entrega de informação relativa à taxa de ocupação da Biblioteca Municipal de Oliveira do Hospital e da Biblioteca Ludoteca de Lagares da Beira, dos meses de abril, maio e junho de 2012. -----

**4.2.4 – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – ANO LECTIVO 2012/2013**-----

**D.A.G.F.**

-----A vereadora Graça Silva apresentou o mapa com os dados existentes à data, dos alunos do 1.º CEB subsidiados para efeitos de aquisição de manuais escolares, repartidos por ano e agrupamento. Alertou para o facto de os montantes propostos serem suscetíveis de alteração, atendendo à variação do número de alunos subsidiados para o ano letivo 2012/2013, que possa vir a ocorrer.-----

-----Face ao já transmitido em anteriores reuniões de executivo, propôs à Câmara Municipal a compra dos manuais escolares para os alunos subsidiados (Escalões A e B) às papelarias do concelho para entrega a cada um dos respetivos agregados familiares, na condição de os mesmos serem devolvidos à autarquia, após o termo do ano letivo, em adequado estado de conservação. -----

**ALUNOS SUBSIDIADOS**

AGRUPAMENTO	ANO LETIVO 2009/2010		TOTAL DE ALUNOS	ANO LETIVO 2010/2011		TOTAL DE ALUNOS	ANO LETIVO 2011/2012		TOTAL DE ALUNOS	ANO LETIVO 2012/2013 (Previsão)		TOTAL DE ALUNOS
	A	B		A	B		A	B		A	B	
BRÁS GARCIA DE MASCARENHAS	107	158	574	97	125	464	77	128	467	62	128	470
Total:	265		46,17%	222		47,84%	205		43,90%	190		40,43%
CORDINHA	55	32	130	43	33	118	31	32	102	18	33	102
Total:	87		66,92%	76		64,41%	63		61,76%	51		50,00%
LAGARES DA BEIRA	27	30	103	24	24	102	24	29	102	21	36	98
Total:	57		55,34%	48		47,06%	53		51,96%	57		58,16%
VALE DO ALVA	43	46	130	39	44	116	34	42	108	24	35	103
Total:	89		68,46%	83		71,55%	76		70,37%	59		57,28%
TOTAL GERAL:	498		53,15%	429		53,63%	397		50,96%	357		46,18%
TOTAL N.º MATRICULADO	937			800			779			773		





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**APOIO À AQUISIÇÃO DE MANUAIS ESCOLARES**

AGRUPAMENTO	N.º DE ALUNOS POR ESCALÃO		ANO LETIVO 2012/13 (Previsão)		
	A	B	Total por ano	Valor Manuais	Custo total
<b>B.G.MASCARENHAS</b>					
N.º de alunos do 1º Ano	13	27	40	38,63 €	1.545,20 €
N.º de alunos do 2º Ano	16	32	48	46,30 €	2.222,40 €
N.º de alunos do 3º Ano	17	34	51	52,26 €	2.665,26 €
N.º de alunos do 4º Ano	16	35	51	48,69 €	2.483,19 €
<b>Total:</b>	<b>62</b>	<b>128</b>	<b>190</b>		<b>8.916,05 €</b>
<b>CORDINHA</b>					
N.º de alunos do 1º Ano	3	8	11	38,56 €	424,16 €
N.º de alunos do 2º Ano	3	8	11	46,30 €	509,30 €
N.º de alunos do 3º Ano	4	9	13	51,22 €	665,86 €
N.º de alunos do 4º Ano	8	8	16	47,20 €	755,20 €
<b>Total:</b>	<b>18</b>	<b>33</b>	<b>51</b>		<b>2.354,52 €</b>
<b>LAGARES DA BEIRA</b>					
N.º de alunos do 1º Ano	6	5	11	38,77 €	426,47 €
N.º de alunos do 2º Ano	4	13	17	46,30 €	787,10 €
N.º de alunos do 3º Ano	6	13	19	51,22 €	973,18 €
N.º de alunos do 4º Ano	5	5	10	46,38 €	463,80 €
<b>Total:</b>	<b>21</b>	<b>36</b>	<b>57</b>		<b>2.650,55 €</b>
<b>VALE DO ALVA</b>					
N.º de alunos do 1º Ano	2	7	9	38,41 €	345,69 €
N.º de alunos do 2º Ano	5	8	13	46,30 €	601,90 €
N.º de alunos do 3º Ano	6	7	13	52,47 €	682,11 €
N.º de alunos do 4º Ano	11	13	24	49,17 €	1.180,08 €
<b>Total:</b>	<b>24</b>	<b>35</b>	<b>59</b>		<b>2.809,78 €</b>
<b>TOTAL GERAL:</b>					<b>16.730,90 €</b>

-----Prestados os esclarecimentos necessários, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do disposto na alínea d) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, aprovar a presente proposta.-----

-----O vereador José Carlos Mendes questionou a vereadora Graça Silva sobre a razão de existir uma redução, de ano para ano, do número de alunos subsidiados.-----

-----A vereadora Graça Silva informou que essa redução, deve-se ao facto de existirem critérios mais rigorosos por parte da Segurança Social, que não só exigem outro tipo de documentos, mas também reduzem o valor a atribuir a cada escalão.-----

-----**4.3 - INTERVENÇÃO DO VEREADOR PAULO ROCHA**-----

-----**4.3.1 – MAPA DOS FUNDOS DISPONÍVEIS**-----

**DAGF/Doc.9**

-----No seguimento dos esclarecimentos prestados e da deliberação camarária de 28 de junho do ano em curso, o vereador Paulo Rocha propôs à Câmara Municipal a aprovação do Mapa dos Fundos Disponíveis referente ao mês de agosto.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Mapa de Fundos Disponíveis do Município referente ao mês de agosto, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta ata.-----

-----5 - OUTROS ASSUNTOS:-----

-----Sob proposta do Sr. Presidente a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do art.º 19.º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de novembro, na sua atual redação, incluir na Ordem do Dia os seguintes assuntos:-----

5.1 - ABERTURA DO CONCURSO DOS CIRCUITOS ESCOLARES ANO LECTIVO 2012/2013-----

-----5.1.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS-----

**D.A.G.F./DOC. 10**

-----Sobre o assunto mencionado em epígrafe, foi presente pela vereadora Graça Silva a informação que a seguir se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

----- “Tendo presente a intenção de contratação da prestação de serviços para a “Execução do Circuito Especial de Transportes Escolares Nº 25” mediante processo de ajuste direto, com convite às empresas constantes da informação anexa, no valor estimado € 12.900,00 (doze mil e novecentos euros) a que acrescerá o IVA, e constatando-se a impossibilidade da satisfação da necessidade em causa com recursos próprios do Município, informo que não se tratando da prestação de trabalho subordinado em face do procedimento contratual evidenciado e da natureza do contrato, havendo cabimento orçamental conforme documento anexo, não existindo qualquer relação ou participação de ex-colaboradores do órgão ou serviço na contraparte, não sendo aplicável a redução remuneratória e não podendo ainda ser verificada a inexistência de pessoal em mobilidade especial apto para o desenvolvimento das funções subjacentes à contratação em causa, porquanto ainda não foi publicada a Portaria a que se refere o n.º 2 do art.º 33.º - A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, encontram-se assim reunidos todos os requisitos previstos no n.º 5, do art.º 26.º, desta Lei podendo ser submetida a parecer prévio da Câmara Municipal. -----

-----A Dirigente Intermédia de 3.º Grau, -----

-----Ana Raquel Simão Oliveira” -----

-----Analisado o assunto e colocado à votação, a Câmara Municipal, deliberou, por todos os membros presentes, emitir parecer favorável quanto à referida contratação. -----

-----Considerando que:-----

-----A despesa associada aos procedimentos em epígrafe é imprescindível à adequada abertura e funcionamento do ano letivo 2012/2013;-----

-----Por força da data determinada para a abertura do ano escolar, e do claro interesse público subjacente, se reveste de urgência a celebração do contrato associado ao ajuste direto em causa; -----

-----O contrato determinará uma repartição de encargos até ao ano de 2013, distribuída de acordo com a seguinte estimativa: -----

----- No orçamento do corrente ano, a estimativa de custo correspondente ao número de dias letivos, 69 (sessenta e nove) dias, é de 5.160,00 € (cinco mil, cento e sessenta euros), acrescido da taxa de IVA de 6%, o que perfaz um valor global de 5.469,60 € (cinco mil, quatrocentos e sessenta e nove euros e sessenta cêntimos); -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----No orçamento para o ano de 2013, a estimativa de custo correspondente ao número de dias letivos, 103 (cento e três) dias, é de 7.740,00 € (sete mil, setecentos e quarenta euros), acrescido da taxa de IVA de 6%, o que perfaz um valor global de 8.204,40 € (oito mil, duzentos e quatro euros e quarenta centésimos).-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, solicitar, ao abrigo da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, à Assembleia Municipal, a necessária ratificação da autorização deste compromisso plurianual. -----

**DOC. 11**

-----Sobre o assunto mencionado em epígrafe, foi ainda presente pela vereadora Graça Silva a informação que a seguir se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

-----“Tendo presente a intenção de contratação da prestação de serviços para a “Execução de Circuitos Especiais de Transportes Escolares N.ºs 23, 29, 30 e 33,” mediante processo de ajuste direto, à entidade “Centro de Desenvolvimento Sócio-Cultural de Penalva de Alva”, no valor estimado de € 19.660,50 (dezanove mil seiscentos e sessenta euros e cinquenta centésimos, valor isento de IVA, e constatando-se a impossibilidade da satisfação da necessidade em causa com recursos próprios do Município, informo que não se tratando da prestação de trabalho subordinado em face do procedimento contratual evidenciado e da natureza do contrato, havendo cabimento orçamental conforme documento anexo, não existindo qualquer relação ou participação de ex-colaboradores do órgão ou serviço na contraparte, não sendo aplicável a redução remuneratória e não podendo ainda ser verificada a inexistência de pessoal em mobilidade especial apto para o desenvolvimento das funções subjacentes à contratação em causa, porquanto ainda não foi publicada a Portaria a que se refere o n.º 2 do art.º 33.º - A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, encontram-se assim reunidos todos os requisitos previstos no n.º 5, do art.º 26.º, desta Lei podendo ser submetida a parecer prévio da Câmara Municipal.-----

-----A Dirigente Intermédia de 3.º Grau, -----

-----Ana Raquel Simão Oliveira” -----

-----Analisado o assunto e colocado à votação, a Câmara Municipal, deliberou, por todos os membros presentes, emitir parecer favorável quanto à referida contratação. -----

-----Considerando que:-----

-----A despesa associada aos procedimentos em epígrafe é imprescindível à adequada abertura e funcionamento do ano letivo 2012/2013;-----

-----Por força da data determinada para a abertura do ano escolar, e do claro interesse público subjacente, se reveste de urgência a celebração do contrato associado ao ajuste direto em causa; -----

-----O contrato determinará uma repartição de encargos até ao ano de 2013, distribuída de acordo com a seguinte estimativa: -----

----- No orçamento do corrente ano, a estimativa de custo correspondente ao número de meses letivos, ou seja, no máximo 3 meses, o que perfaz um valor global de 6.939,00 € (seis mil, novecentos e trinta e nove euros), isento de IVA; -----

-----No orçamento a elaborar para o ano de 2013, a estimativa de custo correspondente ao número de meses letivos, ou seja, no máximo 5 meses e meio, o que perfaz um valor global de 12.721,50 € (doze mil, setecentos e vinte e um euros e cinquenta centésimos), isento de IVA.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, solicitar, ao abrigo da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, à Assembleia Municipal, a necessária ratificação da autorização deste compromisso plurianual. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**5.2- FRUTA ESCOLAR – BALANÇO DO ANO LETIVO 2011/2012**

-----A vereadora Graça Silva fez o balanço do programa da Fruta Escolar do ano letivo 2011/2012, que decorreu de forma muito positiva, na medida em que a cooperativa sobre a qual recaiu a adjudicação pelo município de Oliveira do Hospital correspondeu às expectativas, tanto na distribuição da fruta às escolas como na qualidade da fruta que foi superior, pelo que não existiram grandes motivos para reclamações e as reclamações apresentadas, foram prontamente resolvidas. Informou que a proposta é a de dar continuidade ao programa da fruta escolar no próximo ano letivo, sendo que, posteriormente, trará a reunião de Câmara a proposta de manutenção de adjudicação à mesma cooperativa.-----

**5.3 – PROPOSTA DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL E A ADEPTOLIVA**

**D.A.G.F./DOC.12**

-----Sob proposta da vereadora Graça Silva, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente proposta de protocolo entre o Município de Oliveira do Hospital e a ADEPTOLIVA para o estabelecimento de parceria para execução de atividades de enriquecimento curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico. -----

-----Considerando que:-----

-----A despesa associada ao procedimento em epígrafe é imprescindível à adequada abertura e funcionamento do ano letivo 2012/2013;-----

-----Por força da data determinada para a abertura do ano escolar, e do claro interesse público subjacente, se reveste de urgência a celebração do protocolo em causa;-----

-----O protocolo determinará uma repartição de encargos até ao ano de 2013, distribuída de acordo com a seguinte estimativa:-----

-----No orçamento do corrente ano, num valor estimado de 56.000,00 € com encargos decorrentes da contratação de professores e de 2.000,00 € com encargos administrativos, e para 2013 de 120.000,00 € para encargos decorrentes da contratação de professores e de 3.000,00 € para encargos administrativos.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, solicitar, ao abrigo da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, à Assembleia Municipal, a necessária ratificação da autorização deste compromisso plurianual.-----

**5.4 - EMPREITADA DE "REQUALIFICAÇÃO, BENEFICIAÇÃO E APETRECHAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL E CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO CENTRAL DE CAMIONAGEM EM OLIVEIRA DO HOSPITAL" – ERROS E OMISSÕES**

**D.O.S.M./DOC.13**

-----Foi presente a informação técnica, relativa às listas de erros e omissões apresentadas pelos concorrentes ao concurso público tendente à adjudicação da empreitada mencionada em epígrafe, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

-----A Câmara Municipal, com base na informação técnica apresentada, deliberou, por todos os membros presentes, aprovar as listagens de erros e omissões constantes daquela informação técnica, a fim de serem transpostas para a plataforma eletrónica e dar seguimento ao procedimento. Mais deliberou aprovar a prorrogação de prazo, para entrega das propostas, necessária nos termos da lei em vigor. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----**5.5 – MAPA DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTES**-----

-----O vereador José Francisco Rolo deu conhecimento à Câmara Municipal, que durante o período compreendido entre o dia 24 de julho e o dia 6 de agosto de 2012, não se registaram quaisquer pedidos de cedência de transportes.-----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

-----**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**-----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, **por todos os membros presentes**, aprovar a presente acta em minuta.-----

-----A presente ata foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o n.º 4 do D. L. 45.362, de 21 de novembro de 1963.-----

-----**CONCLUSÃO DA ATA**-----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Vereador José Francisco Rolo encerrada a reunião, **pelas treze horas e quinze minutos**, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, \_\_\_\_\_, na qualidade de secretária redigi.-----

-----**Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 7 de agosto de 2012**-----

**Presidente**

\_\_\_\_\_

**Vereadores**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_





**REUNIÃO ORDINÁRIA  
PÚBLICA DE 7 DE  
AGOSTO DE 2012**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta ata ao abrigo do  
Decreto-Lei 334/82, de 19 de agosto.**